



Universidade de Brasília

Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

**JOÃO JÚLIO DE OLIVEIRA**

**GESTÃO DE RISCOS NO SETOR PÚBLICO: Uma análise  
bibliométrica sobre publicações entre 2009 e 2018**

Brasília – DF

2019

JOÃO JÚLIO DE OLIVEIRA

GESTÃO DE RISCOS NO SETOR PÚBLICO: Uma análise bibliométrica  
sobre publicações entre 2009 e 2018

Monografia apresentada ao  
Departamento de Administração como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Administração.

Professor Orientador:

Dr., Rafael Rabelo Nunes

Brasília – DF

2019

JOÃO JÚLIO DE OLIVEIRA

GESTÃO DE RISCOS NA SETOR PÚBLICO: Uma análise bibliométrica sobre publicações  
entre 2009 e 2018

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de  
Administração da Universidade de Brasília do aluno

**João Júlio de Oliveira**

Dr., Rafael Rabelo Nunes  
Professor-Orientador

Dr. Carlos André de Melo Alves  
Professor-Examinador

Dr. Evaldo Cesar Cavalcante Rodrigues  
Professor-Examinador

Brasília, 28 de novembro de 2019

## AGRADECIMENTOS

Ao amigo e orientador, Prof. Dr. Rafael Rabelo Nunes, os meus sinceros agradecimentos, pela inesgotável paciência e pela irretocável orientação durante a produção deste estudo. A minha família, toda gratidão e amor que houver nessa vida. Ao meu Padrinho e guia, Luiz, obrigado! (*In Memoriam*).

## RESUMO

O presente estudo consolida o trabalho de pesquisa construído para analisar com técnicas bibliométricas as publicações acadêmicas referentes a Gestão de Risco no setor público no período de dez anos (2009 a 2018), tanto no Brasil, quanto em outros países. Para tanto, o trabalho foi dividido em quatro etapas sequenciais: revisão da literatura relativa à riscos e gestão de riscos; apresentação das ferramentas utilizadas para a pesquisa; obtenção dos resultados da pesquisa; análise dos resultados e elaboração das conclusões. O processo de revisão da literatura ocorreu por meio de levantamento bibliográfico sobre Gestão de Riscos no Setor Público, observando as nuances que o tema poderia adquirir, como subáreas relacionadas a Saúde, Segurança Pública e outros. O método de pesquisa foi definido com o intuito de mapear a produção acadêmica concernente ao tema em determinado período de tempo. A partir da população elencada para o estudo, algumas observações se tornaram possíveis, como por exemplo: o maior número de publicações ocorreu no ano de 2015; apenas 21,87 % das publicações possuem apenas um autor, o restante conta com dois ou mais autores; e o continente com maior número de publicações foi o Europeu. Ao final, as conclusões e considerações finais sedimentam as observações estatísticas obtidas a partir da aplicação do método de pesquisa proposto. Nesse sentido, o trabalho forneceu um levantamento produzido acerca da produção acadêmica em referência ao tema. Torna-se possível, principalmente a futuros pesquisadores, observar tendências de naturezas de pesquisa ou mesmo escolas com maior número de publicações, corroborando novas proposições de pesquisa.

**Palavras-chave:** Governança, Auditoria, Risco Público, Bibliometria.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
1.1.	<i>Contextualização.....</i>	<i>1</i>
1.2.	<i>Formulação do Problema.....</i>	<i>2</i>
1.3.	<i>Objetivo Geral.....</i>	<i>2</i>
1.4.	<i>Objetivos Específicos.....</i>	<i>2</i>
1.5.	<i>Justificativa.....</i>	<i>2</i>
<b>2.</b>	<b>Referencial Teórico.....</b>	<b>4</b>
2.1.	<i>Risco.....</i>	<i>4</i>
2.2.	<i>Gestão de Risco.....</i>	<i>6</i>
2.3.	<i>Gestão de Riscos no Setor Público.....</i>	<i>7</i>
2.4.	<i>Bibliometria.....</i>	<i>12</i>
2.4.1.	<i>Lei de Bradford:.....</i>	<i>14</i>
2.4.2.	<i>Lei de Lotka.....</i>	<i>14</i>
2.4.3.	<i>Leis de Zipf.....</i>	<i>15</i>
2.4.4.	<i>Ponto de Transição (T) de Goffman.....</i>	<i>16</i>
2.4.5.	<i>Fator de Imediatismo ou de Impacto.....</i>	<i>16</i>
2.4.6.	<i>Acomplamento Bibliográfico e Co-citação.....</i>	<i>17</i>
2.4.7.	<i>Obsolescência da Literatura e vida-média.....</i>	<i>17</i>
2.4.8.	<i>Lei do Elitismo.....</i>	<i>17</i>
2.4.9.	<i>Teoria Epidêmica de Goffman.....</i>	<i>17</i>
<b>3.</b>	<b>Métodos e técnicas de Pesquisa.....</b>	<b>19</b>
3.1.	<i>Tipo e descrição geral da pesquisa.....</i>	<i>19</i>
3.2.	<i>Caracterização da área de conhecimento estudada.....</i>	<i>19</i>
3.3.	<i>População e Amostra.....</i>	<i>19</i>
3.4.	<i>Procedimentos de coleta e de análise de dados.....</i>	<i>21</i>
<b>4.</b>	<b>Resultados e discussão.....</b>	<b>23</b>
4.1.	<i>Distribuição dos artigos publicados no período estudado.....</i>	<i>23</i>
4.2.	<i>Distribuição segundo a autoria e filiação dos autores.....</i>	<i>24</i>
4.3.	<i>Distribuição das palavras chave.....</i>	<i>26</i>
4.4.	<i>Classificação dos artigos segundo a metodologia de pesquisa aplicada.....</i>	<i>28</i>
4.5.	<i>A partir de leis bibliométricas:.....</i>	<i>29</i>
4.6.	<i>Quanto aos objetivos:.....</i>	<i>30</i>
<b>5.</b>	<b>Conclusões e Recomendações:.....</b>	<b>32</b>
	<b>APÊNDICE A – Relação de artigos pesquisados.....</b>	<b>39</b>

## **1. Introdução**

### **1.1. Contextualização**

O processo de gerir uma organização perpassa o cuidado adequado a cada risco enfrentado pela organização na consecução de seus objetivos.

Independentemente da esfera de atuação da organização, pública ou privada, os riscos compõem a realidade organizacional destas, sendo necessário que sejam geridos e mantidos em níveis que preservem a capacidade de se atingir os objetivos inicialmente almejados. Torna-se adequado, portanto, a implementação de técnicas para realizar adequada gestão de riscos.

Pode ocorrer divergência quantos aos objetivos, conforme a atuação de entidades públicas e privadas, ainda assim, ambas administram seus riscos com abordagens específicas à cada contexto. É compreensível que entidades privadas admitam certo nível de risco em busca de melhores resultados financeiros, considerando ser usualmente este o objetivo. A seu turno, entidades públicas não ambicionam, normalmente, retorno financeiro, o que propõe uma abordagem que concatene os riscos com abordagem alinhada as especificidades de seus propósitos institucionais.

Tendo como ponto de partida um planejamento estratégico que estabeleça os objetivos de determinada organização, a gestão de riscos possibilita que eventos que possam distanciar a entidade de tal fim sejam visualizados e então harmonizados. Perceber em quais níveis cada risco terá ressonância e, de forma ainda mais precisa, quais níveis precisam atuar para mitigá-lo proporciona eficiência a tal propósito. Assim, planejamento estratégico estabelece como a organização prospectará seus objetivos. Em consonância ao exposto, a gestão dos riscos inerente ao processo proporciona conhecimento sobre as possíveis adversidades, e, por sua vez, torna possível antever potenciais cenários, suas respectivas consequências e eventuais soluções.

Para que haja evolução em técnicas e definições é necessário que ocorra pesquisa sobre o tema proposto: Gestão de riscos no setor público. Assim, analisar com técnicas bibliométricas como a produção acadêmica dos últimos dez anos tratou o tema possibilita que novos

pesquisadores saibam como agir para proporcionar a evolução e a construção de conteúdos inovadores sobre o tema.

## 1.2. **Formulação do Problema**

A partir do exposto na contextualização, a presente pesquisa admite como problema de pesquisa o seguinte: **Qual a distribuição da produção acadêmica sobre o tema “Gestão de Riscos no Setor Público”, publicada no período de 2009 a 2018?**

## 1.3. **Objetivo Geral**

O objetivo geral deste trabalho é realizar análise bibliométrica sobre a produção acadêmica nacional e internacional, referente a aplicação da Gestão de Riscos no setor público.

## 1.4. **Objetivos Específicos**

- a) Em acordo ao recorte temporal, apresentar inferências estatísticas como o número de autores por publicação e as escolas de maior publicação, bem como a metodologia de pesquisa e, também, o uso de leis bibliométricas;
- b) Identificar tendências existentes na produção acadêmica existente sobre o tema, assim como carências e aspectos específicos pouco pesquisado;

## 1.5. **Justificativa**

O presente trabalho adquire relevância acadêmica ao empreender análise estatística com base em premissas bibliométricas sobre publicações referentes a “Gestão de risco no setor público”. Torna-se possível, portanto, observar a distribuição da produção acadêmica no período de 2009 a 2018.

Ao gestor público, os resultados deste estudo constituem fonte de informação sobre o que vem sendo pesquisado no recorte temporal estabelecido. Considerando seu aspecto analítico sobre o tema, possibilita analisar quais aspectos são abordados com maior constância e direcionar, por exemplo, a formulação de novas pesquisas e, por conseguinte, a publicação de



novos conteúdos concernentes ao tema, tendo como possível consequência, por exemplo, a inovação.

Finalmente, o presente trabalho utiliza-se de ferramenta aplicável a observação de indicadores da produção acadêmica. Assim sendo, a técnica proposta mapeia a atuação de acadêmicos e instituições de pesquisa, corroborando, nesse sentido, conclusões sobre a produção já existente. Valida-se, também, demandas por novas pesquisas.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1. Risco

Independentemente de sua missão, visão ou valores, toda organização se depara com riscos no processo de execução de sua atividade. Se delinea, portanto, no estudo em questão, que toda influência, bem como fatores internos e externos, que tornam incerta a consecução dos objetivos de determinada organização compõe o risco inerente a sua existência (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT], 2018).

A proposição do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO, 2004) dialoga com a definição trazida pela ABNT em 2018, uma vez que delinea risco como a possibilidade de determinado evento ou conjunto de eventos interferir na consecução de objetivos previamente definidos (SANTOS, 2013).

Outras acepções são atribuídas a palavra “risco”. Ao buscar compreensão etimológica, deparamo-nos com a proposição da palavra risco ser um neolatinismo (*risicum*), não sendo utilizada até meados do século XVI (SERRANO, 2009).

A percepção de Giddens (2007, p.32) propõe que “a ideia de risco parece ter sido estabelecida nos séculos XVI e XVII, e foi originalmente cunhada por exploradores ocidentais ao partirem para suas viagens pelo mundo”. Em um segundo momento, o termo passou a ser utilizado no contexto de transações bancárias e de investimento, especialmente por tornar possível dimensionar as possíveis consequências das decisões de credores e tomadores de recursos. Assim, com o passar do tempo, a palavra risco associou-se a situações de incerteza (PELEIAS et al, 2013).

Já a definição trazida pela Federation of European Risk Management Associations (FERMA, 2003, p. 3), introduz risco como a resultante da combinação da probabilidade de um evento e as suas possíveis consequências. Jorion (2003), detalha a preocupação dos meios empresariais dedicada a gestão adequada do risco, especialmente ao analisar o aspecto financeiro. Assim, o autor propõe que o gerenciamento de risco tenha surgido como uma resposta ao aumento da volatilidade nos mercados financeiros globais.

Em sentido complementar, Brito (2007, p. 3) define risco como a possibilidade iminente da ocorrência de um evento que pode afetar a todos os envolvidos de forma negativa. Com prisma singular, o autor ratifica aspectos ruins e traz, novamente, à luz, a ideia de que risco e incerteza são ideias divergentes, ainda que exista alguma associação conceitual. É proposto, portanto, que a aleatoriedade associada a incerteza dificulte o cálculo de sua probabilidade.

Ainda que a maioria das organizações busque mensurar os riscos de sua atuação, é relevante compreender que não necessariamente as citadas consequências refletem resultados negativos. É possível, também, auferir resultados neutros ou ainda positivos. Abordagens ainda mais amplas sobre o conceito corroboram a ideia da incerteza, como Gregorio (2005, p. 210) que propõe “o risco se torna uma oportunidade de lucrar com a incerteza”.

À seu turno, Maximiano (2007, p.16) consolida a percepção administrativa aplicada ao termo e define que risco, em sentido amplo, é a contrapartida de benefícios ou oportunidades potenciais. Infere-se, portanto, que as organizações assumem riscos quando buscam resultados positivos para sua postura arrojada. O autor ainda associa risco a incerteza, propondo a inexistência de informações sobre as atividades (PELEIAS et al, 2013).

É relevante, portanto, compreender a diferenciação existente entre os termos risco e incerteza. Cienfuegos (2013) define incerteza como uma variável imensurável e risco como algo mensurável. No que lhe diz respeito, a variável risco pode ser dimensionada com base em probabilidade da ocorrência de determinados eventos e quais são as possíveis consequências. A inferência de quão arriscado torna-se determinado contexto depende diretamente dos resultados esperados em cada um dos cenários e como tal resultante diverge dos objetivos iniciais da organização.

Considerando o cenário de extrema volatilidade ao qual se submetem as organizações atuais, Anderson e Terp (2006) definiram a compreensão e gestão das incertezas internas e externas e a eliminação dos riscos puros como gestão de risco. Em sentido complementar há referências a diversas consequências positivas da aplicação da citada técnica, como a criação de transparência, balizador importante quando se almeja compreender o cenário de organizações da esfera pública.

## 2.2. Gestão de Risco

A forma usualmente aceita para Gestão de Risco, que propõe um conjunto de técnicas utilizadas para identificação e tratamento do risco, veio à luz nos Estados Unidos e teve sua primeira referência literária em artigo publicado pela Harvard Business Review, em 1956. Não obstante, somente ao final do século XX o construto em questão passou a ser entendido como elemento importante e desejável a gestão empresarial e tomada de decisão (BEJA, 2004).

A gestão da variável “risco” traduz esforço considerável a todas as organizações. Fazê-lo com o uso de uma norma que elenque princípios a serem atendidos proporciona eficácia ao processo. Nesses termos, as etapas da estrutura são elencadas de modo a garantir que o processo ocorra de forma integrada em termos de governança, estratégia e planejamento, gestão, processos de reportar dados e resultados, políticas, valores e cultura (ABNT, 2018).

É relevante ao propósito deste trabalho compreender que a norma ISO 31000 propõe diretrizes genéricas a gestão de riscos, o que possibilita que a sua aplicação seja realizada em instituições públicas ou privadas. Não obstante, as definições em questão não almejam imprimir uniformidade para as possibilidades de gestão nas organizações que a utilizem. É necessário que a implementação das técnicas seja balizada por aspectos particulares de cada organização, como necessidades específicas, contexto, objetivos, operações, processos, dentre outros (MIRANDA, 2018).

Portanto, é correto supor que o sucesso do planejamento estratégico de determinada organização dependa diretamente de adequada gestão dos riscos inerentes à sua atividade. Ao almejar a consecução dos objetivos organizacionais é necessário que se considere a minimização das ameaças e se potencialize o que for considerado como fonte de vantagem competitiva (BERG, 2010, p. 79).

Utilizando-se de argumentos voltados estritamente ao risco financeiro, Doherty (2000) elucida o papel da economia da informação no entendimento de gestão de riscos. Ao proteger a organização das consequências associadas a eventos que não sejam esperados os resultados da entidade em questão tornam-se uma projeção mais realista de seu *core business*. Na prática, é como se a empresa tornasse seus resultados imunes as adversidades do restante do ambiente econômica (LOPES; CARVALHO; TEIXEIRA, 2003).

Ao utilizar a gestão de riscos para tomada de decisões, as organizações devem identificar exatamente quais são seus riscos e como será a tratativa adequada a cada um. Além disso, é salutar para decisões eficazes compreender quais consequências podem, eventualmente, ter cada um dos citados riscos (CIENFUEGOS, 2013).

### 2.3. Gestão de Riscos no Setor Público

Ainda que os riscos sejam inerentes a qualquer organização, independentemente de sua esfera de atuação, adquire caráter imperativo diferenciar as técnicas de gestão aplicáveis a organizações públicas e privadas. Naturalmente, há convergências entre as duas perspectivas, como por exemplo falhas em tecnologia da informação e o aspecto financeiro associado (FREITAS, 2002).

O Quadro 1 busca sintetizar as principais diferenças para abordagem de risco no Setor Privado e para o Setor Público:

QUADRO 1  
Diferenças entre risco em Setor Privado e Setor Público.

<b>SETOR PRIVADO</b>	<b>SETOR PÚBLICO</b>	<b>DIFERENÇA</b>
Foco Principal nos negócios	Foco nos órgãos e programas (orçamento)	No setor público o risco é sistêmico, ou seja, depende de várias organizações
Objetiva o lucro	Objetiva a continuidade dos serviços	Valor Público ao invés do valor para o cliente
Decisões sobre risco confidenciais	Decisões sobre riscos públicas e transparentes	Exigência de <i>accountability</i> no setor público

Fonte: (HOOD; ROTHSTEIN; 2000)

Algumas observações podem ser tecidas a partir do quadro em questão. Torna-se possível, por exemplo, perceber que uma das principais diferenças entre a abordagem de risco entre o Setor Privado e o Setor Público refere-se ao foco a cada setor de atuação. No caso da iniciativa privada, o foco está nos negócios. Já na iniciativa pública as atenções são direcionadas aos órgãos e programas governamentais. O reflexo natural de tal divergência é a natureza do risco. No caso da esfera estatal, é necessário que a variável “risco” seja compreendida de forma sistêmica. Ou seja, não existe de forma isolada (FREITAS, 2002).

Para Barreto (2009, p. 11), as particularidades inerentes a gestão de estruturas públicas são perceptíveis a tal ponto que justificam, inclusive, a existência de ferramentas voltadas ao setor em estudos de gestão e administração. A busca por identificar e manter sob controle os riscos associados a imprevistos que podem acometer estruturas públicas não só mitigam ineficiências e desperdício do dinheiro público, bem como corrobora a ideia de que a gestão de risco faz parte dos processos de instituições públicas (BARAFORT et al. 2017).

Ao analisar risco em instituições públicas é possível que visitemos duas perspectivas sobre o tema. Quais sejam: a gestão de risco e a avaliação de risco. Sem perda de efeito, as duas visões podem ser compreendidas com prisma de complementaridade. Em gestão de risco em setor público práticas que aumentam a segurança e o desempenho do emprego dos recursos públicos garantem ao administrador público a compreensão adequada das incertezas e dos impactos dos eventuais efeitos internos e externos tangentes a consecução dos objetivos iniciais. A avaliação de risco, especialmente utilizada em Entidades de Fiscalização Superior, como TCU (Tribunal de Contas da União), garante direcionamento dos recursos humanos para as áreas mais vulneráveis da administração estatal. Há, claramente, primazia pela transparência e por boas práticas de gestão pública, uma vez que as configurações propostas auxiliam na geração de informações úteis e servem, também, como metodologia de análise dos sistemas (FREITAS, 2002).

Ainda analisando o setor público através de técnicas de gestão e avaliação de risco, outro conceito adquire relevância: Governança Corporativa. Em especial, são observados itens de gerenciamento e controle que propiciam a consecução de objetivos organizacionais com maior eficiência e minimizam os efeitos de incerteza proporcionados pelos riscos inerentes as atividades em questão.

O conceito de governança versa sobre a aquisição e distribuição de poder na sociedade. Governança corporativa, à seu turno, explana o modo como organizações são geridas. Ainda que usualmente a proposição de governança corporativa no setor público se posicione em contraste, tem-se referências a administração das agências do setor público por meio de princípios da governança corporativa do setor privado (BHATTA, 2003, p. 5).

Com uma definição generalista, Dorset e Baker, em 1979, propuseram que o exercício de autoridade, controle, administração e poder de governar, atrelado necessariamente ao

exercício de gerir recursos econômicos e sociais é compreendido, em sentido amplo, como Governança.

Ao buscar outro ângulo sobre o conceito de governança, alude-se a importância da definição de *Accountability*. É possível compreender a ideia por meio dos principais elementos necessários às boas práticas. Quais sejam: responsabilidade em prestar contas; transparência; participação; administração de relacionamento e eficiência e/ou equidade (EDWARDS, 2002, p. 52).

Assim, considerando a definição de risco trazida pela ABNT em ISO 31000, 2018, que propõe como risco a incerteza e efeitos adversos que possam impedir o atingimento de objetivos, independentemente de sua esfera de atuação, operações realizadas com o uso da máquina pública balizam-se por riscos de diversas naturezas. Entre eles, naturalmente, existe o risco proporcionado por gestões que se distanciam da eficiência esperada e imprimem prejuízo em seu resultado.

Nesses termos, enquanto governança se refere a aquisição e distribuição de poder na sociedade, governança corporativa alude a maneira como as corporações são governadas e administradas. Especificamente no setor público, o conceito discorre sobre administração das agências do setor público, com o uso de princípios de governança do setor privado (BHATTA, 2003, p. 5 – 6).

Para Nielsen (1982) as empresas estatais podem ser analisadas a partir de cinco indicadores padrão às suas atuações: baixa demanda por lucro e geração de dividendos; menores custos de investimento; impostos domésticos reduzidos, quando existentes; preferência para compras e vendas do governo; regulamentações que favorecem os negócios estatais. Considerando tais características, o comportamento de tais empresas em um cenário competitivo, entre entidades públicas e privadas, é considerado predatório, haja vista suas vantagens (AHARONI, 1980).

Compreendendo a atuação do gestor público, é interessante observar que grande volume das publicações que se propõem a analisar gerenciamento de risco em organizações analisa organizações industriais e privadas, como por exemplo Vaughan (1996) e Clarke (1999). Permanecem, no entanto, em segundo plano, produções que analisem gestão e regulamentação

de risco no setor público. (HOOD et al. 1996). Logo, se torna claro a relevância da construção de conhecimento direcionado, especificamente, ao gerenciamento de riscos em setor público (WIIG, 2008).

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), os principais desafios da gestão pública dizem respeito ao balanceamento adequado entre funções de propriedade e responsabilidade pública do Estado e, também, minimizar eventuais vantagens competitivas em relação às empresas privadas, o que poderia distorcer o cenário competitivo (MIRANDA; AMARAL, 2011). Como, então, atuar em um mesmo cenário econômico, com riscos basicamente comuns, distinguindo características que divergem em relação ao propósito de atuação?

Conforme Timmers (2000, p. 9), a definição de governança corporativa no setor público aproxima-se do ideário de governança governamental e pode ser compreendida como a tentativa de propiciar o diálogo entre administração, controle e supervisão, com o objetivo de equacionar os objetivos políticos de forma eficiente e também eficaz. Há, de forma complementar, a premissa de *Accountability*, ou prestação de contas do benefício para a sociedade (MELLO, 2006).

É igualmente relevante garantir a compreensão dos norteadores da gestão pública. Os princípios da legalidade sedimentam que a atuação básica de todo gestor público deva ser balizada pela ideia de que somente é possível atuar conforme o que fica previsto em lei. Em termos atuais, denomina-se Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei complementar 101, de 04 de maio de 2000), (MELLO, 2006).

De forma similar, Ribeiro (2012) preconiza o conceito de governança corporativa como um conjunto de boas práticas que tem como objetivo fomentar o desempenho das empresas (CVM, 2002). Propõe, ainda, que tal técnica tenha como arcabouço os seguintes princípios: *accountability*, *disclosure*, *compliance* e *fairness* (LIMA et al. 2006; BOGONI et al. 2010)

Tendo isso em mente, a definição de Marques (2005, p. 2) adquire aplicabilidade ao apresentar governança corporativa e *accountability* de forma indissociável. Nesses termos, a exigência de prestação de contas será delineada de acordo com o propósito da atividade



desenvolvida. Especificamente ao analisar organizações do setor público, o comprometimento com a integridade inerente às condutas admitirá caráter decisivo (MELLO, 2006).

A implementação da gestão de riscos na administração pública brasileira vivencia, ainda, estágio embrionário. Justifica-se tal perspectiva, em especial, pela ausente ou deficitária produção acadêmica sobre o tema, bem como uma carência curricular sobre o assunto quando se observa a grade curricular de cursos de Administração e Contabilidade do Brasil (SOUZA; SANTOS, 2017).

Aspectos como a dimensão territorial e organizacional brasileira, as desigualdades regionais e a falta de planejamento estratégico em consonância a incipiente produção científica sobre o tema corroboram a ideia de que fazer gestão de riscos no setor público do Brasil é um desafio. Supõe-se, portanto, que ainda será necessário algum tempo para que iniciativas deste mote possam contribuir efetivamente para o sucesso da ação governamental (BRAGA, 2017).

Não obstante, já em 1967, por meio de Decreto-lei nº 200/1967, a Administração Pública Federal preconizava a apreciação da variável risco como decisiva para a consecução dos objetivos definidos para entidades públicas: “O trabalho Administrativo será racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciarem como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco” (BRASIL, 1967).

A administração pública assistiu, no entanto, maior proliferação de normativos que abrangessem gestão de risco a partir da divulgação do Acórdão nº 1273/2015, do Tribunal de Contas da União (TCU) que sugeria a elaboração de um modelo de governança que contivesse princípios, estratégia, gestão de riscos, auditoria interna e responsabilidades de liderança (BRAGA, 2017).

Nesses termos, observa-se a notável relevância do amparo legal fornecido a Gestão de Risco no Brasil pelas normas e regulamentações relacionados à temática (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA [ENAP], 2018).

Abaixo, elenca-se os mais relevantes:

- Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 1, de 10 de Maio de 2016;

- Portaria nº 150, de 4 de maio de 2016 (Programa de Integridade e o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão);
- Portaria nº 425, de 30 de dezembro de 2016 (Altera a portaria MP nº 150, de 4 de maio de 2016);
- Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão, Portaria nº 426 de dezembro de 2016;
- Resolução CEG/MF nº05/2014;
- Portaria MPS nº 534/2014;
- Portaria MPS nº 08/2015 (ENAP, 2018).

Ainda que a proposição de gerir os riscos inerentes ao ambiente da administração pública brasileira tenha se sedimentado em estruturas legais, como normativos e portarias, é importante compreender que o caminho até a plena aplicação exige o cumprimento de algumas etapas. Com o intuito, entre outras coisas, de proporcionar eficácia ao processo de comunicação, bem como possibilitar o atingimento dos objetivos iniciais, é importante que a cadeia de valor e a base de processos estejam bem identificados (ENAP, 2018).

#### **2.4. Bibliometria**

O termo “bibliometria” é usualmente definido como a utilização de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação. Em seu formato original, obtendo a forma de análise quantitativa da informação recebeu o nome de “bibliografia estatística” por Hulme em 1923. Somente em 1934, com Otlet, em “*Traité de Documentation*”, recebeu a nomenclatura “bibliometria”. Ganhou, portanto, o sentido de “Técnica Quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação de conhecimento científico” (ARAÚJO, 2006).

A técnica, entretanto, ganhou notoriedade em 1969, em um artigo de Pritchard, que propunha analisar o impasse “Bibliografia estatística ou bibliometria?” (VANTI, 2002, p. 153). Ainda com este prisma, Nicholas e Ritchie definiram, em 1978 que a mais notável diferença entre bibliometria e a tradicional bibliografia refere-se a tratativa empregada aos dados: esta utiliza abordagem quantitativa, em detrimento à análise discursiva daquela.

Tendo como objetivos a análise da produção científica e a busca de benefícios organizacionais a bibliotecas, a bibliometria promove também o controle bibliográfico, proporcionando exatidão ao conhecimento sobre acervos e tornando possível inferências sobre tendências de crescimento (NICHOLAS; RITCHIE, 1978).

O método proposto, entretanto, não constitui novidade. Boustany (1997) alude a autor desconhecido referenciado em *Manuel du Bibliophile*, editado em 1823, por Gabriel Peignol, responsável pelo mapeamento da produção universal de livros no período da metade do século XV (Final da idade média e início do renascimento) ao início do século XIX (Palco de mudanças científicas e políticas diversas).

Assim, de forma conclusiva, conforme Guedes e Borschiver (2005), admite-se a compreensão de que a bibliometria é composta por um conjunto de leis e princípios empíricos que contribuem para o estabelecimento dos fundamentos teóricos da ciência da informação. Indo ao encontro, Pritchard (1969) propõe bibliometria como: “Todos os estudos que tentam quantificar os processos de comunicação escrita”.

Um estudo bibliométrico norteia-se, normalmente, por três leis básicas para o manuseio dos dados obtidos: Lei de Bradford (Produtividade de periódicos), Lei de Lotka (Produtividade científica dos autores) e Leis de Zipf (Frequência de palavras). Naturalmente, outros balizadores também poderão ser utilizados e servirão para corroborar as conclusões obtidas.

Em sentido complementar ao norteamento de um estudo bibliométrico, deparamo-nos com o Efeito Mateus que diz: “aos que tem mais será dado em abundância e aos que menos têm, até o que têm lhes será tirado” (MERTON, 1968). Ao abordar o tema com tal prisma, faz-se alusão ao fato de cientistas com considerável volume de publicações, oriundos de escolas com melhor avaliação, alcançarem maior reconhecimento em relação àqueles igualmente produtivos pertencentes a instituições menos conceituadas.

Em Bradford é possível inferir o grau de relevância de periódicos dedicados a determinada área de conhecimento. Ao utilizar o prisma de Lotka, é possível visualizar a relevância de alguns pesquisadores recorrentes em determinado cenário de forma associada ao seu volume de produção. Por Zipf, torna-se possível quantificar a frequência de ocorrência de

palavras chave concentradas em determinados textos científicos. É possível, de forma complementar, analisar a região de concentração de termos de indexação.

A seguir, as leis descritas acima e outras abordagens úteis ao propósito deste trabalho serão analisadas:

#### **2.4.1. Lei de Bradford:**

Em Bradford, aprecia-se a relação entre determinado assunto e o grupo de periódicos que normalmente os publica. Nesses termos, observa-se a dispersão da literatura periódica sobre temas específicos. Para Brookes (1969), dispendo de forma decrescente, no que se refere a produtividade sobre determinado tema, os periódicos poderão ser ordenados em nichos especialmente dedicados a temas específicos.

Ainda sobre a citada dispersão literária, Brookes (1969) propõe o “Mecanismo do sucesso gerando sucesso” que consiste em um sequenciamento sobre o volume de publicações e os periódicos que inicialmente os publica. Brookes delineia que os primeiros artigos são submetidos a uma pequena seleção feita por periódicos apropriados. Ocorrendo aceitação, novos artigos sobre o tema serão publicados nestes mesmos canais. De forma paralela, novas publicações ocorrerão e assim, naturalmente, emergirá um núcleo de periódicos sobre o assunto.

#### **2.4.2. Lei de Lotka**

Em Lotka torna-se possível relacionar a relevância de determinado tema ao meio científico e a quantidade de publicações sobre o assunto em questão. Com precisão matemática, definida pela lei do Inverso Quadrado (VOOS, 1974), é possível inferir que em determinado recorte temporal, ao analisar um número  $N$  de artigos, o universo de autores que escreveram, por exemplo, dois artigos, será igual a  $\frac{1}{4}$ , ou 25 %, do número de cientistas que escreveram um:  $\frac{1}{n^2}$ .

Assim, em perspectiva bibliométrica, a aplicação da lei acima proporciona entendimento sobre a relevância de cada autor com base na quantidade de publicações sobre determinado assunto, ora analisado. É útil, por exemplo, em consonância ao proposto por

Bradford, uma vez que ambas técnicas analisam o universo de publicações sobre determinada temática, seja quantificando periódicos, seja metrificando autores, de forma isolada (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

### 2.4.3. Leis de Zipf

As definições de Zipf, em associação ao construto de Ponto de Transição (T) de Goffman produzem o que ficou conhecido como indexação automática. Ou seja, relaciona-se diretamente a representação da informação. Hans Peter Luhn, em 1957, propõe que a citada indexação poderia ser derivada da análise de uma amostra representativa de documentos sobre determinado assunto.

Por meio de arranjo matemático específico, observou-se que a relação entre a frequência de ocorrência de uma palavra em determinado texto e a posição ocupada por esta na lista ordenada de frequência resulta, necessariamente, em uma constante (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

Ou seja, ao analisar um texto suficientemente longo, nota-se que uma palavra aparece mais vezes do que outras. A essa palavra designa-se *rank* 1 (Posição na lista ordenada de frequência) e, também, atribui-se um valor a sua frequência de ocorrência (F). Ao equacionar tais variáveis têm-se um valor constante. A tal construto, deu-se o nome de Primeira Lei de Zipf.

No entanto, a citada lei contempla apenas palavras de alta frequência, ou seja, ranks baixos. Para que fosse possível abranger também as palavras de baixa frequência de ocorrência, Booth (1967) complementou matematicamente o que ficou conhecido como a segunda Lei de Zipf.

Propõe-se, então, que em determinado texto, palavras cuja frequência de ocorrência seja menor (ranks altos), a constante de frequência, (F), destas palavras é igual (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

As leis acima expostas são responsáveis, à seu turno, por analisar a extremidade da distribuição de palavras em determinada publicação. Naturalmente, entre as palavras de maior frequência e aquelas de menor ocorrência, há uma região de transição (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

Para Pao (1978), tal região concentra palavras de maior conteúdo semântico. Denomina-se Ponto de Transição (T) de Goffman.

#### **2.4.4. Ponto de Transição (T) de Goffman**

Conforme Goffman, para chegar até a citada região de transição, onde seria possível localizar as palavras de alto valor semântico, como termos de indexação ou palavras-chave, é necessário que seja feito o rearranjo das duas leis de Zipf, de modo a obter, através da segunda lei, o comportamento de palavras de alta frequência (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

Ao resultado dessa nova equação, oriunda o rearranjo das duas leis de Zipf, atribui-se a importância de definir, graficamente, a localização de onde ocorre a transição das palavras de baixa frequência para as de alta frequência (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

Em adjacência ao ponto em questão, há uma região cuja probabilidade de concentrar palavras de alto valor semântico é maior. Portanto, residem nessa região os termos que tornam possível a indexação do texto. Com tal técnica é possível decompor um texto, sintaticamente, com o objetivo de indexá-lo (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

#### **2.4.5. Fator de Imediatismo ou de Impacto**

As citações são, novamente, fonte importante de informação para compor análise acerca do texto ou conjunto de textos em questão. Tem-se: “Citação é a menção no texto de uma informação extraída de outra fonte” (ABNT, 2002). Assim, observando a concentração de citações a determinado artigo em documentos publicados em um intervalo de quinze anos (PRICE, 1965), é possível estimar o Fator de Imediatismo (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

Ao associar relevância de artigos e ou autores ao número de citações e dispersão na literatura, remetemo-nos, novamente, ao construto proposto por Lotka. Ou seja, textos citados mais frequentemente são considerados mais relevantes do que aqueles menos citados.

#### **2.4.6. Acomplamento Bibliográfico e Co-citação**

É possível dividir acoplamento bibliográfico e co-citação pelo foco temporal que cada uma das tratativas tem: O primeiro possui caráter retrospectivo, uma vez que se utiliza do grau de ligação entre dois ou mais artigos ao analisar o número de documentos idênticos citados por estes. O segundo, à seu turno, tem contornos prospectivos, considerando se tratar de análise no número de documentos onde esses artigos são citados, de forma simultânea (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

#### **2.4.7. Obsolescência da Literatura e vida-média**

O conceito de obsolescência aplicado a bibliometria consiste em compreender o desenvolvimento e conseqüente declínio da literatura com o decorrer do tempo. Vida-média, por sua vez, nada mais é do que a razão entre a obsolescência e a razão do crescimento de determinado corpo literário (LINE, 1970). De forma generalista, o conceito de Vida-média tem sido utilizado como análise do número de citações feitas a determinado item (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

#### **2.4.8. Lei do Elitismo**

A lei do elitismo define que toda população com tamanho  $N$  tem uma elite efetiva de tamanho  $N^{1/2}$  (PRICE, 1965). Outros autores como Cole and Cole (1972) e Crane (1972) também produziram estudos conclusivos à evidência de elites e elitismo na produção científica (PAO, 1989).

#### **2.4.9. Teoria Epidêmica de Goffman**

Assim como ocorre durante o processo de transmissão de uma doença infecciosa, há um processo epidêmico inerente a transferência de ideias em desenvolvimento e informações

registradas (GOFFMAN & NEWILL, 1964). Tendo isso como pressuposto, é possível entender conhecimento enquanto material infeccioso no processo de uma epidemia intelectual. Goffman, munido de aparato matemático tornou possível compreender de forma controlada a citada epidemia em termos de razão de crescimento e declínio, por exemplo (PAO, 1989)

Considerando a produção bibliométrica nacional, percebeu-se uma emergência de tal modalidade de estudo a partir da década de 1970, especialmente em estudos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBDD. À época, os estudos com enfoque bibliométrico debruçaram-se sobre a produção literária de diversos campos científicos, tais como Química (CARVALHO, 1975) e Geologia (FIGUEIREDO, 1972). Nos anos que se seguiram, a produção bibliométrica brasileira percebeu um declínio em seu volume de publicações, certamente em função da dificuldade de se produzir uma análise estatística com tais moldes sem o uso de computadores e tecnologia informacional. Tal situação seria revertida a partir dos anos 1990, com a popularização do uso de computadores pessoais (ARAÚJO, 2006).

Naturalmente, a popularidade de estudos bibliométricos aumentou consideravelmente nos últimos anos, em parte, graças às novas possibilidades tecnológicas, hoje acessíveis. Em consonância a isso, ocorreu também sensível aperfeiçoamento nas leis bibliométricas, em especial, com a busca por melhor fundamentação teórica e conceitos oriundos de contextos concretos em que os fenômenos informacionais ocorrem (BORGMAN; FURNER, 2002).



### **3. Métodos e técnicas de Pesquisa**

Esta seção irá apresentar os métodos e técnicas empreendidas para a realização do estudo bibliométrico ao qual se propôs o presente trabalho. Para tanto, dividiu-se em tipo e descrição da pesquisa, caracterização da área de estudo, espaço amostral analisado, caracterização dos instrumentos de pesquisa e procedimentos de coleta e análise de dados.

#### **3.1. Tipo e descrição geral da pesquisa**

Do ponto de vista dos objetivos, este estudo admite configuração descritiva, considerando sua proposição de descrever como se posiciona, em relação a produção acadêmica, o entendimento de Gestão de Risco no Setor Público. Ao posicionar a classificação metodológica por meio de procedimentos técnicos, é possível delinear o presente trabalho como uma pesquisa bibliográfica, haja vista que debruçou-se sobre a produção acadêmica entre 2009 e 2018, em periódicos nacionais e internacionais (SILVA; MENEZES, 2001). Ademais, inclusive por sua premissa bibliométrica, a pesquisa fez uso de configuração quantitativa, haja vista seu propósito de delinear a produção acadêmica em determinado período.

#### **3.2. Caracterização da área de conhecimento estudada**

O problema de pesquisa motivador deste estudo remonta a diversas abordagens sobre o conceito delinear: Gestão de risco em Setor Público. Tema pesquisado em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil, usualmente está associado a contextualização específica. Técnicas adequadas para gerir os citados riscos de um ambiente público são exemplificadas e isso será percebido a partir do recorte utilizado para análise bibliométrica da citada produção acadêmica compreendida entre 2009 e 2018.

#### **3.3. População e Amostra**

O presente estudo utilizou-se de todas as bases de dados disponíveis para a comunidade da Universidade de Brasília, logo, diversos periódicos foram consultados, conforme apêndice A. Isso deve-se, sobretudo, ao caráter difuso admitido pelo tema, considerando que a maioria das publicações sobre o tema se utiliza de contexto específico para abordar o conceito de Gestão

de Risco no Setor Público. Assim, o Quadro 2 apresenta, em ordem decrescente, o total de publicações e as respectivas bases de dados que compuseram a população abordada neste estudo.

QUADRO 2

Distribuição das publicações sobre Risk Management Public Sector em periódicos entre 2009 e 2018.

<b>BASE DE DADOS</b>	<b>RESULTADOS OBTIDOS</b>
NDLTD - Networked Digital Library Of Theses and Dissertations	533280
Banco de Teses da Capes	130067
PROQUEST	73159
Hein Online	66509
Jstor	32684
BASE - Bielefeld Academic Search Engine	21404
Portal de Periódicos da FIOCRUZ	4460
ERIC - Education Resources Information Center	2922
Portal de Pesquisa da BVS	2729
Pubmed	1258
DOAJ - Directory of Open Access Journals	430
LA Referencia	291
IEEE Xplore	191
BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT	149
Scielo	63
EBSCO	28

Fonte: (Site institucional das bases de dados)

A amostra elencada para este estudo tem formato não-probabilístico e é intencional uma vez que foram escolhidos casos para a amostra que representassem a delimitação proposta pelo problema de pesquisa. Publicações que apenas tangenciassem a conceituação motivadora não foram utilizados para este fim (SILVA; MENEZES, 2001). Os critérios utilizados para definir a amostra a partir da população foram:

1. O tema em questão é abordado em diversas áreas do conhecimento. Assim, as bases de dados atualmente disponíveis para a Universidade de Brasília foram consultadas, percorrendo 869.624 publicações, conforme Quadro 2, de modo a delinear com precisão, dentro desta população, quais publicações proporcionavam retorno à pesquisa, independentemente de seu enfoque específico.

2. Para a busca foram utilizadas expressões que representassem o problema de

pesquisa motivador do presente estudo. Foram utilizados termos no idioma Inglês e também Português em cada uma das bases de dados consultadas. Em Inglês, os termos utilizados foram ‘*Risk Management*’, ‘*Risk Management Public Sector*’. Em Português a pesquisa foi feita a partir de ‘Gestão de Risco’ e ‘Gestão de Risco no Setor Público’.

3. Artigos publicados em periódicos *online* entre 2009 e 2018 foram escolhidos, em Inglês e Português, desde que apresentassem em seu resumo e conjunto de palavras-chave os termos de pesquisa utilizados.

4. Por fim, 64 artigos foram escolhidos para observação bibliométrica, mediante análise de conteúdo da proposição descritiva sobre o conceito de ‘Gestão de Risco no Setor Público’. Publicações que versavam especificamente sobre outro foco de análise, tendo o aspecto referente a Gestão de Riscos somente como conceito acessório não foram considerados.

### **3.4. Procedimentos de coleta e de análise de dados**

A coleta dos dados ocorreu entre agosto e outubro de 2019, utilizando-se das bases de dados online atualmente disponíveis à Universidade de Brasília, descritas no Quadro 2. A amostra escolhida entre a população total foi definida por artigos publicados entre 2009 e 2018 para compreender a produção acadêmica dos últimos 10 anos. O tema possui notável volume de publicações, definir o recorte longitudinal de tempo para o período dos últimos dez anos possibilitou inferências sobre o atual cenário e quais tendências se concretizarão nos próximos anos.

O procedimento adotado para tratar os dados obtidos no momento da prospecção das publicações consistiu em estatística descritiva. De forma complementar, foram elaboradas nuvens de palavras para obter representação gráfica da frequência do uso de termos comuns entre os resumos e conjunto de palavras-chave dos 64 artigos utilizados.

Publicações originalmente veiculados em idioma que não fosse Português tiveram seus resumos e conjunto de palavras-chave traduzidos para o Português de modo a garantir coerência ao processo de elaboração das nuvens de palavra, haja vista que a maioria dos artigos elencados foi escrita em Português. O processo de tradução fez uso do tradutor *online* gratuito *Google*

*Translator*, com a devida observação e preservação da sintaxe de cada texto para garantir a manutenção do sentido original construído por cada autor.

Aspecto importante para a organização dos artigos elencados como amostra do presente estudo é a descrição da pesquisa quanto a seus objetivos (GIL, 1991). Segregar os estudos entre Pesquisa Exploratória, Pesquisa Descritiva e Pesquisa Explicativa torna possível inferir qual combinação metodológica tem sido usualmente utilizada e como isso define o retrato da produção acadêmica dos últimos dez anos e, ainda mais importante, quais formatos são menos abordados e podem constituir fonte de inovação em pesquisas futuras.

Ao final, fez-se uso do *software* Excel para produção de gráficos e análises estatísticas que compuseram o presente estudo, bem como os quadros confeccionados com base nos dados obtidos com a amostra definida para o trabalho. Também se utilizou plataforma *online* ‘*WordCloud*’ para produzir representação gráfica concernente às conclusões com nuvens de palavras.

## 4. Resultados e discussão

O presente capítulo apresenta os resultados obtidos e as discussões suscitadas após a análise dos artigos elencados para amostra.

### 4.1. Distribuição dos artigos publicados no período estudado

A Figura 1 apresenta o gráfico com a distribuição da produção acadêmica em artigos publicados entre 2009 e 2018. A partir dos critérios estabelecidos para a metodologia do presente estudo, observa-se que há relativa distribuição da produção no recorte longitudinal estabelecido. Ocorre, no entanto, um considerável acréscimo no número de publicações no período compreendido entre 2014 e 2015, indo de 8 para 12 publicações.

Em 2015 foi possível rastrear 12 artigos, o que representa 18,46 % do total das publicações analisadas e foi o ano em que mais se publicou sobre o tema proposto. A média de publicações é de 6,4 por ano. Os anos em que o tema teve seu menor número de publicações foram 2009 e 2010, no Brasil e nos outros países analisados. Há que se considerar, também, que após o ápice, em 2015, o número de publicações acadêmicas sobre o tema percebeu queda em seu volume de produção e no último ano em que foi possível rastrear publicações, contava com 9 volumes.

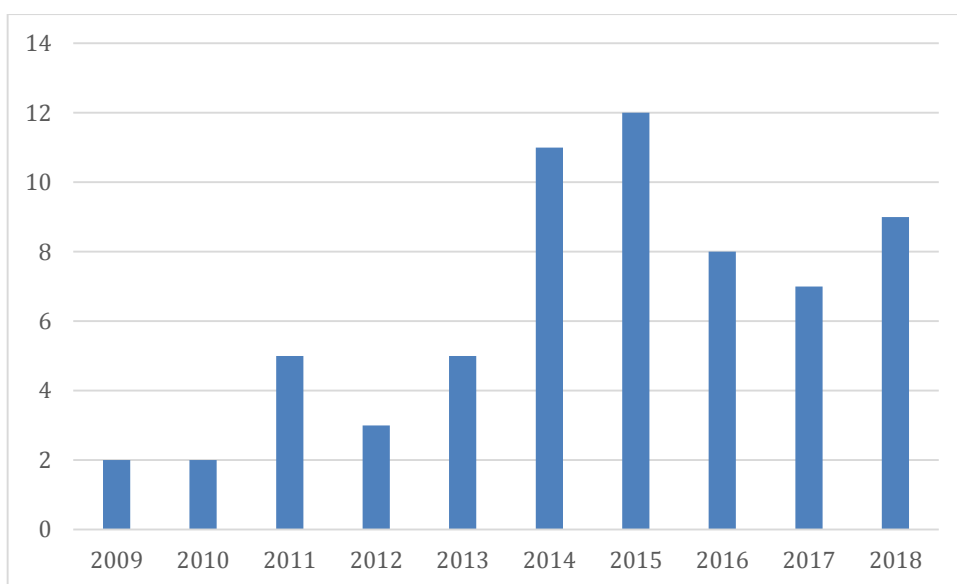


Figura 1 – Distribuição dos artigos publicados entre 2009 e 2018

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4.2. Distribuição segundo a autoria e filiação dos autores

Considerando as diversas bases de dados existentes nas pesquisas sobre Gestão de Riscos, a análise bibliométrica em questão não localizou autores que tenham publicado mais de um artigo na citada área de conhecimento. A maioria dos artigos contextualiza seu objeto de análise à situações específicas. Por exemplo, os autores Lászlo Domokos, Melinda Nyéki, Katalin Jakovác, Erzsébet Németh, Csaba Hatvani publicaram em 2015 um artigo de título *Risk Analysis and Risk Management in the Public Sector and in Public Auditing* publicado em periódico Húngaro.

Outro aspecto relevante refere-se a característica associativa das produções concernentes ao tema. Dos 64 artigos, apenas 14, ou 21,87%, foram publicados apenas por um autor. A grande maioria das produções acadêmicas publicadas entre 2009 e 2018 conta com pelo menos dois autores denotando, naturalmente, necessidade de contribuição e associativa ao se tratar do tema em questão.

A Figura 2 apresenta leitura estatística sobre o número de autores para cada artigo analisado na amostra em questão.

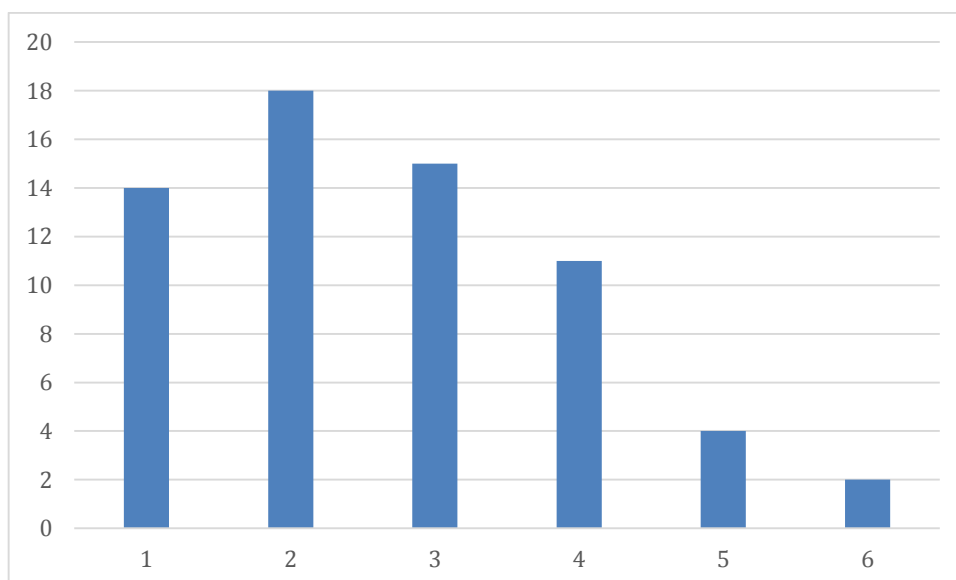


Figura 2 – Número de Autores por Artigo

Fonte: Dados da pesquisa

O continente onde o artigo foi publicado constitui aspecto importante para análise bibliométrica proposta por este estudo. Observa-se predominância de publicações americanas, para o período analisado. Dos 64 artigos analisados 15 são de origem nacional, representando 23.43% da amostra. Isso se justifica com o fato de se ter realizado a pesquisa também em idioma português.

Compreender a origem da publicação pode ser útil para suscitar discussões sobre novas publicações e tendências de divulgação. Com base nesta amostra, em específico, observa-se que no período recente a porção meridional do continente americano teve notável número de publicações. Da mesma forma, o continente Europeu também demonstra propensão ao tema, uma vez que divulgou maior número de artigos do que qualquer outro continente analisado por este estudo. Por fim, o interesse de países Africanos pode indicar aumento no interesse por este tema, uma vez que em análise as bases de dados, nota-se que tal fenômeno é recente e o tema começa a ser publicado em período não superior a 20 anos.

A Figura 3 representa a divisão da produção por continente.

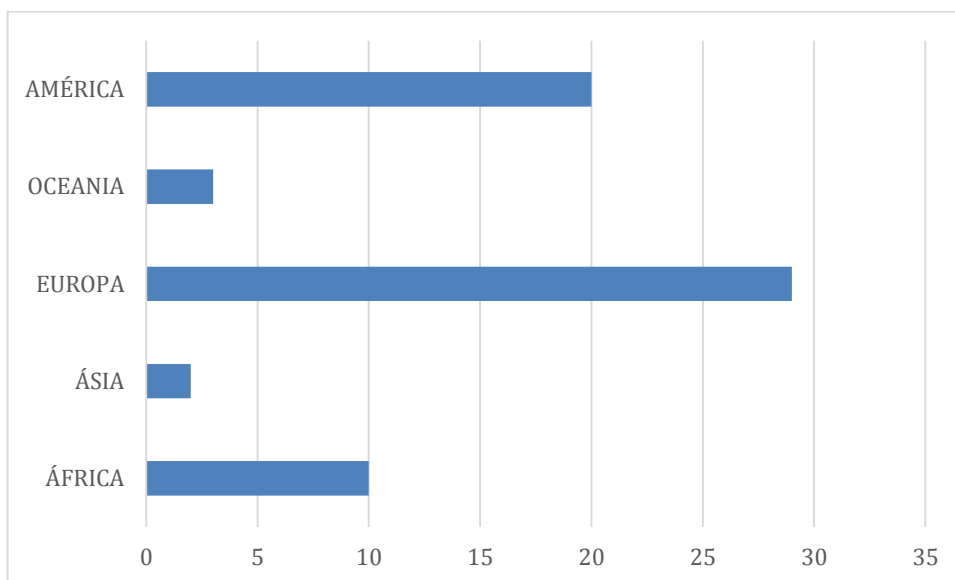


Figura 3 – Número de artigos por continente

Fonte: Dados da pesquisa







#### 4.4. Classificação dos artigos segundo a metodologia de pesquisa aplicada

A Figura 7 apresenta análise quanto a categoria metodológica de cada publicação. Os artigos foram segregados entre pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas. Tal classificação almeja delinear como transcorrem, sob o prisma do método de pesquisa, os estudos referentes a *Risk Management Public Sector*.

Observa-se, na Figura 7, prevalência da realização de pesquisas exploratórias. Deve-se, naturalmente, ao propósito dos artigos analisados. 56,25 % ou 36 dos 64 utilizam abordagem exploratória. Tal dado corrobora a proposição de que usualmente as publicações sobre o tema debruçam-se sobre casos e contextos específicos para então analisar a aplicabilidade de métodos e técnicas de Gestão de Risco aplicada ao setor público.

Em seguida, a Figura 7 exhibe 22 publicações, ou 34,75% da amostra, que fazem uso de pesquisas descritivas. Estes artigos buscam, a seu turno, analisar de forma conceitual e propositiva o fenômeno estudado. Os 22 estudos que compõe a citada parcela de publicações garantem que o entendimento parta de análise conceitual e discutem, a partir de conclusões teóricas, como os conceitos se posicionam diante de problemas de pesquisa e focos específicos de análise.

Por fim, a Figura 7 exhibe que são 6 os artigos que compõe os 9,37 % restantes da amostra que admitem configuração explicativa. Seu propósito é apresentar conceitos e entendimentos sobre o tema e defini-los de forma categórica. Normas e manuais exemplificam a menor parcela da amostra.

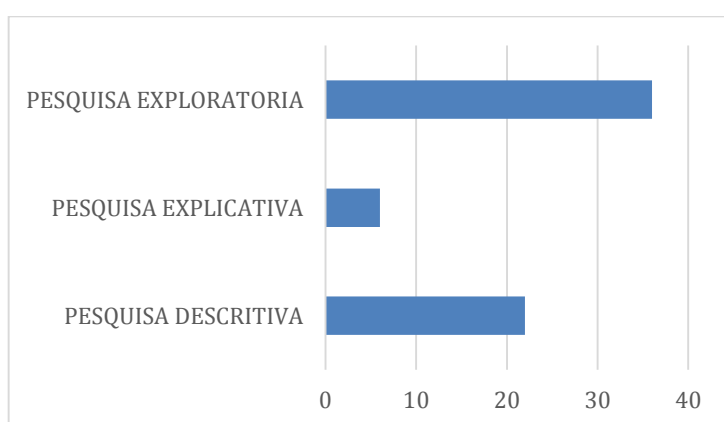


Figura 7– Classificação quanto a metodologia de pesquisa aplicada.

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4.5. A partir de leis bibliométricas:

Considerando o que foi descrito em seção 2, algumas técnicas específicas podem servir como norteadores para a análise bibliométrica de determinado recorte da produção acadêmica. O presente capítulo fará uso de tais instrumentos para propor resultados a partir da amostra definida para este estudo.

Em Bradford tem-se descrito a relação entre os temas analisados e os periódicos que os publicam com maior constância (BROOKES, 1969). Considerando a amostra definida inicialmente e tendo como parâmetro a citada lei, algumas constatações podem ser descritas:

Das 64 publicações, apenas 6, ou 9,37%, aparecem mais de uma vez relacionados a periódicos em comum. São 3 periódicos, cada um tendo 2 publicações. Como apresentado em seção 4.3, o conceito de *Risk Management Public Sector* é pesquisado e publicado com diversos contextos. Isso poderia justificar o cenário esparso percebido ao se abordar este tema.

1. A revista europeia *Financial Accountability & Management* conta com duas publicações, ambas no ano de 2014.
2. A revista brasileira GeP – Revista de Gestão e Projetos conta, também, com duas publicações, nos anos de 2011 e 2016.
3. Outra revista brasileira também conta com duas publicações: RAP. Revista Brasileira de Administração Pública. Ocorreram, respectivamente, em 2011 e 2014.

Para Lotka, a relevância de cada autor para a área analisada é medida de acordo com a quantidade de publicações sobre o tema em questão (GUEDES; BORSCHIVER, 2005). Novamente aludindo à seção 4.3, o conceito motivador deste estudo apresenta universo de publicações diverso e pulverizado, não sendo possível analisar a relevância com o uso deste prisma, uma vez que não há autores que tenham mais de uma publicação nessa amostra.

Em Zipf, analisa-se a quantidade de vezes que cada termo aparece. A cada termo, conforme o grau de ocorrência, designa-se um *rank*. (GUEDES; BORSCHIVER, 2005). Para os 64 artigos analisados neste trabalho, o termo mais utilizado foi “Risco”, tendo aparecido 259 vezes somente nos resumos. Tem-se, portanto, uma análise amostral sobre como as publicações

se comportam em relação ao uso de termos específicos que tenham referência ao conteúdo estudado.

Há um ponto de transição entre os termos de maior e menor ocorrência, a essa região denomina-se Ponto de Transição (T) de Goffman. As adjacências do citado ponto concentram, normalmente, termos de alto valor semântico, como palavras-chave e termos de indexação (GUEDES; BORSCHIVER, 2005). Assim, o termo que mais aparece é “Risco”, com 259 ocorrências. O termo que menos aparece é “Planejamento”, com 8 ocorrências. É possível, portanto, inferir que exista na região compreendida entre esses dois termos palavras relevantes para a indexação dos estudos analisados.

#### **4.6. Quanto aos objetivos:**

Este capítulo tem por missão apresentar os resultados quanto aos objetivos do presente estudo. Empreendeu-se um estudo descritivo, com amparo de abordagens qualitativas e também quantitativas. A amostra foi definida por 64 publicações selecionadas a partir de 16 bases de dados disponíveis à comunidade universitária vinculada a Universidade de Brasília (UnB). A partir disso, realizou-se pesquisa de natureza descritiva com uso de técnicas bibliométricas, sendo possível, assim, atender o objetivo geral e os objetivos específicos, dispostos, respectivamente nos itens 1.3 e 1.4 deste estudo.

O primeiro objetivo refere-se a produção das inferências estatísticas propostas na metodologia do uso dos dados. Tornou possível, assim, observar a distribuição dos artigos no recorte temporal estabelecido. Além disso, foi possível perceber, com uso de prisma bibliométrico, o caráter associativo das publicações através de análise sobre o número de autores por artigo. Foi possível, também, verificar a produção por continente e observar quais são os maiores expoentes em termos de publicação sobre o tema. Por fim, foi possível analisar os modelos de pesquisa utilizados, estratificando a amostra entre Pesquisas Exploratórias, Descritivas e Explicativas.

O segundo objetivo almejou identificar tendências observáveis no universo de pesquisas sobre Gestão de Risco no Setor Público. Tal meta foi atingida ao se verificar a distribuição por continente, revelando que a maioria do volume de publicações ocorre em continentes Europeu e Americano, respectivamente.

O atendimento dos objetivos específicos deste estudo proporcionou atingimento do objetivo geral, apresentado em seção 1.3. A partir de instrumentos bibliométricos foi possível verificar que não ocorreu uniformidade no volume de publicações na última década, tendo anos com número significativamente alto e declínio considerável em anos seguintes. Tal conclusão foi possível com observação estatística dos dados referentes as publicações, como ano e periódico de veiculação.

## 5. Conclusões e Recomendações:

O presente estudo consolidou a pesquisa delineada pelo problema de pesquisa: “Qual a distribuição da produção acadêmica sobre o tema “Gestão de Riscos no Setor Público”, publicada no período de 2009 a 2018? “.

As justificativas apresentadas em seção 1.5 foram contempladas na medida em que sua relevância acadêmica foi ratificada a partir das inferências estatísticas obtidas com o uso das ferramentas propostas no referencial teórico, seção 2, e, também, quando o estudo consolida fonte de informação ao gestor público sobre Gestão de Risco no Setor Público, em especial, ao analisar quais aspectos foram abordados com maior constância e também ao apresentar aspectos que podem constituir fontes para novas pesquisas.

A partir dos dados e amostra definidos em capítulo 3, com o uso das ferramentas apresentadas em seção 2, foi possível obter resultados explanados em capítulo 4 deste estudo. Assim, o objetivo geral e os objetivos específicos foram atendidos, uma vez que se tornou possível, a partir de inferências estatísticas, apresentar o cenário das publicações no período proposto para análise. Da mesma forma, as tendências existentes na produção acadêmica se tornaram visíveis e os aspectos pouco pesquisados puderam ser percebidos, ensejando possíveis novas pesquisas futuras.

Constatou-se, portanto, que as publicações do período contam, em sua maioria, com dois ou mais autores responsáveis por sua publicação. Foi possível apresentar, também, que os continentes com maior número de publicações são Europa e América, respectivamente. Por fim, notou-se que a maioria das publicações comporta-se, do ponto de vista metodológico, de forma explicativa.

Como recomendação de pesquisas futuras, sugere-se: 1. Acompanhar as tendências explanadas neste estudo, como o continente africano e a asiático; 2. Realizar análise contextualizada a determinada área de pesquisa, como Gestão de Risco em Bancos Públicos, possibilitando, assim, a visualização ainda mais precisa de como gestores e pesquisadores tem tratado o tema na atualidade e como a evolução histórica fortalece aspectos importantes e aposenta técnicas já não utilizáveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHARONI, Yair. **The State-owned enterprise as a competitor in international markets.** *Columbia Journal of World Business*, v. 15, n. 1, p. 14-22, Spring 1980.

ANDERSON, K; TERP, A. **Risk Management**, Andersen T.J. (ed.), **Perspectives on Strategic Risk Management.** Denmark: Copenhagen Business School Press, 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto – **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais.** Em *Questão*. Porto Alegre. [Em linha]. Vol.12, nº 1 (2006), p.11-32. [Consult. 21 de Abril 2012]. Disponível em <http://revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/viewFile/3707/3495>

ARAÚJO, Carlos Alberto. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais.** Em *Questão*, Porto Alegre, v. 12, p.11-32, jun. 2006. Quadrimestral.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 31000:2009 – Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes.** Segunda edição. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BHATTA, Gambhir. **Post-NPM themes in public sector governance.** *States Services Commission*. September, p.1-16, 2003. Disponível em: <<http://www.ssc.govt.nz>>. Acesso em 03/08/2005.

BARAFORT et al. **Integrating risk management in IT settings from ISO standards and management systems perspectives.** Amsterdã, Holanda: *Computer Standards & Interfaces*, 2017.

BARRETO, L. C. **Gerenciamento de riscos em projetos da administração pública: características, requisitos e possibilidades de melhoria para o estado de minas gerais.** Brasília: CONSAD, 2009.

BEJA, Rui. **Risk Management: Gestão, Relato e Auditoria dos Riscos do Negócio.** Porto: Áreas Editoras, 2004. 252 p.

BERG, H. P. **Risk management: Procedures, methods and experiences.** Salzgitter, Alemanha: RT&A, 2010.

BOGONI, N. M., Zonatto, V. C. da S., Ishikura, E. R. & FERNANDES, F. C. (2010). **Proposta de um modelo de relatório de administração para o setor público baseado no parecer de orientação n. 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários: um instrumento de governança corporativa para a administração pública.** *Revista de Administração Pública*, 44(1), 119-142

BOUSTANY, Joumana. **La production des imprimés non-périodiques au Liban de 1733 à 1920: étude bibliométrique.** 1997. Tese (Doutorado em *Sciences de l'Information et de la Communication*) – Université Michel de Montaigne – Bordeaux III, Bordeaux. 1997

BRAGA, A. Z., Marcus Vinicius. Revisitando o “**Tone at the Top**”. Site Administradores, João Pessoa, 2017. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/revisitando-o-tone-athetop/104970/>>. Acesso em: 16.nov. 2017

BRASIL. Palácio do Planalto. **Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**, 1967. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccIVIL\\_03/Decreto-Lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccIVIL_03/Decreto-Lei/Del0200.htm)>, Acesso em 17 de novembro de 2019.

BRITO, O. S. **Gestão de riscos: uma abordagem orientada a riscos operacionais.** São Paulo. Saraiva, 2007

BROOKES, B. C. **Bradford's law and the bibliography of science.** *Nature*, [s.l.], v.224, p.953-956, Dec. 1969

CIENFUEGOS, I. J. **Developing a risk management maturity model: a comprehensive risk maturity model for Dutch municipalities.** Enschede, Holanda: Universiteit Twente, 2013.

CLARKE, L. (1999). **Mission Impossible.** Chicago, University of Chicago Press

**COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (COSO).** Enterprise risk management. 2004. Disponível em: <[www.coso.org](http://www.coso.org)> Acesso em: 20 set. 2019, 02:25:40.

DOHERTY, Neil A. **Integrated Risk Management.** New York: McGraw Hill, 2000



DORSET, Poole; BAKER, Davies. **Webster's new universal dictionary**. London: 1979. Disponível em: < <http://www.webster-online-dictionary.com> > Acesso em 07/04/2006.

EDWARDS, Meredith. **Public sector governance – future issues for Australia**. *Journal Of Public Administration*, v. 61, n.2, 06/2002.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **ENAP 2018: Implementando a Gestão de riscos no setor público**. 1 ed. Brasília: Enap, 2018. 3 p.

FERMA – FEDERATION OF EUROPEAN RISK MANAGEMENT ASSOCIATIONS. **Normas de gestão de riscos**. Portugal: FERMA, 2003. Disponível em: <[http://www.ferma.eu/Portals/2/documents/RMS/RMS-Port\(2\).pdf](http://www.ferma.eu/Portals/2/documents/RMS/RMS-Port(2).pdf)>. Acesso em: 25 set. 2019

FREITAS, S., Carlos Alberto. **Gestão de Risco: Possibilidades de utilização pelo setor público e por entidades de fiscalização superior**. *Revista Tribunal de Contas da União (TCU)*, Brasília, v. 33, p.42-54, set. 2002. Trimestral.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 6. ed. São Paulo: Record, 2007

GREGORIO, D. **Re-thinking country risk: insights from entrepreneurship theory**. Albuquerque, Estados Unidos da América: *International Business Review*, 2005.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: **Uma ferramenta estatística para a Gestão da Informação e do Conhecimento, em Sistemas de Informação, de Comunicação e de Avaliação Científica e Tecnológica**. Encontro Nacional de Ciência da Informação, Salvador, BA, n. 6, jun., 2005

GOFFMAN, W.; NEWILL, V. A. **Generalization of epidemic theory: an application to the transmission of ideas**. *Nature*, [s.l.], v. 204, n. 4955, p. 225-228, Oct. 1964.

HOOD, Christopher; ROTHSTEIN, Henry. **BUSINESS RISK MANAGEMENT IN GOVERNMENT: PITFALLS AND POSSIBILITIES**. *London School Of Economics and Political Science*. Londres, p. 1-12. Out. 2000.

HOOD, C., SCOTT, C., JAMES, O., JONES, G & TRAVERS, T. 1999. **Regulation inside Government**. Oxford University Press.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS – IFAC. **Governance in the public sector: a governing body perspective**. New York: 2001.

JORION, P. **Value at risk**. 2. ed. São Paulo: BM&F, 2003

LIMA, G. A. S. F. de, BARBOSA, A., MARZAL, J. L. S., LIMA, I. S. & CORRAR, L. J. (2006). **El estudio del anuncio de la adhesión a los niveles diferenciados de gobierno corporativo con la utilización de estudio de evento**. Revista Contabilidade & Finanças, 17(spe), 92-104

LIMA, G. A. S. F. de, BARBOSA, A., MARZAL, J. L. S., LIMA, I. S. & CORRAR, L. J. (2006). **El estudio del anuncio de la adhesión a los niveles diferenciados de gobierno corporativo con la utilización de estudio de evento**. Revista Contabilidade & Finanças, 17(spe), 92-104

LINE, M. B. **The “half-life” of periodical literature: apparent and real absolescence**. *Journal of Documentation*, [s.l.], v.26, n.1, p. 48-54, Mar. 1970.

LOPES, Alexsandro Broedel; CARVALHO, L. Nelson; TEIXEIRA, Aridelmo José Campanharo. **A ABORDAGEM DE SHIMPI PARA GESTÃO DE RISCOS**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, n. 33, p.7-15, 30 set. 2003. Trimestral.

MARQUES, C., Maria da Conceição. **Corporate Governance in the Public Sector in Portugal: Principles; elements and conceptual framework**. An international Meeting of The American Accounting Association. Califórnia: 2005. Disponível em: <<http://www.aaahg.org/am2005/display.cfm?filename=subid%5f772%2edf&mimetype=application%2fpdf>>. Acesso em 03/08/2005.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007

MELLO, G. R. **GOVERNANÇA CORPORATIVA NO SETOR PÚBLICO FEDERAL BRASILEIRO**. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, FEA, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MERTON, R. K. **The Mathew effect in science.** *Science*, [s. l.], v. 159, n. 3810, p. 58, Jan. 1968.

MIRANDA, Rubens Augusto de; AMARAL, Hudson Fernandes. **Governança corporativa e gestão socialmente responsável em empresas estatais.** *Revista de Administração Pública (RAP)*, Rio de Janeiro, v. 45, p.1069-1094, ago. 2011. Bimestral.

NICHOLAS, David; RITCHIE, Maureen. **Literature and bibliometrics.** London: Clive Bingley, 1978.

NIELSEN, Richard P. **Government-owned businesses: market presence, competitive advantages and rationales for their support by the State.** *American Journal of Economics and Sociology*, v. 41, n. 1, p. 17-27, Jan. 1982

PAO, M. L. **Automatic text analysis based on transition phenomena of word occurrences.** *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 29, n.3, p. 121-124, May 1978

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. **Produção científica sobre controle interno e Gestão de Riscos no ENANPAD e congresso USP: Análise Bibliométrica No Período 2001-2011.** *Revista Universo Contábil*, [s.l.], p.29-49, 30 dez. 2013. *Revista Universo Contabil.* <<http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2013429>>

PRICE, Derek J. De Solla. **Networks of scientific papers.** *Science*, [s.l.], v. 149, n.3683, p. 56-64, July 1965.

PRITCHARD, A. **Statistical bibliography or bibliometrics?** *Journal of Documentation*, [s. l.], v. 25, n.4, p. 348-349, Dec. 1969.

RIBEIRO, Henrique César Melo et al. **Corporate Governance: a Bibliometric Analysis of Brazilian Dissertations and Theses.** *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 15, p.52-70, dez. 2012. Trimestral.

SANTOS, Malvina Maria. **O controlo interno e a Gestão de Risco nas empresas da área metropolitana do Porto.** 2013. 59 f. Tese (Mestrado) - Curso de Contabilidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2013. Cap. 2.

SERRANO, José Luís. **A DIFERENÇA RISCO/PERIGO**. *Novos Estudos Jurídicos: NEJ*, Vale do Itajaí, v. 14, n. 2, p.233-250, nov. 2009. Quadrimestre..

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Revista Atual, 2001. 121 p.

SOUZA, Kleberson Roberto; BRASIL, Franklin Santos. *Como gerenciar riscos na Administração Pública: estudo prático em licitações*. Curitiba: Negócios Públicos Editora, 2017

TIMMERS, Hans. **Government Governance: corporate governance in the public sector, why and how ?** The Netherlands Ministry of Finance. 9th Fee Public Sector Conference. 11/2000. Disponível em: <<http://minfin.nl>>. Acesso em: 03/05/2005

Vaughan, D. (1996). **The Challenger Launch Decision**. Chicago, University of Chicago Press

VANTI, Nadia Aurora Peres - **Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento**. *Ciência da Informação*. Brasília. [Em linha]. Vol. 31, nº 2 (2002), p.152-162. [Consult. 21 de Abril 2012]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12918.pdf>

VOOS, H. **Lotka and information science**. *Journal of the American Society of Information Science*, New York, v. 25, p. 270-272, July/Aug. 1974.

WIIG, S. **Contributions to Risk Management in the Public Sector**. 2008. 194 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doctor Of Philosophy, Faculty Of Social Sciences, University Of Stavanger, Stavanger, 2008.

**APÊNDICE A – Relação de artigos pesquisados**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>ANO</b>	<b>CONTINENTE</b>
Governança corporativa e gestão socialmente responsável em empresas estatais	Rubens Augusto de Miranda; Hudson Fernandes Amaral	2011	América
Perfil dos artigos sobre controle interno no setor público em periódicos nacionais e internacionais.	Ilse Maria; Vinicius Costa da Silva Zonatto	2014	América
Identificação de riscos em compras do Setor Público: Um estudo de Caso	Fabio França Santos; Augusta Rodrigues da Silva Pinto; Lydia Moraes Arcoverde Gomes; Rodrigo Lopes Silva; José Henrique de Sousa Damiani	2011	América
Gestão de risco em projetos: Um estudo Ex-Post de projetos de material de emprego militar	Guilherme Eduardo da Cunha Barbosa; Marly Monteiro de Carvalho	2016	América
Accountability and Expertise in Public Sector Risk Management: A case study	Tommaso Palermo	2014	Europa
Governance and Accountability of Public Risk	Galina Andreeva; Jake Ansell; Tina Harrison	2014	Europa
Risk management perspective for climate servisse development – Results from a study on Finnish organizations	Atte Harjanne; Riina Haavisto; Heikki Tuomenvirta; Hilppa Gregow	2017	Europa
Risks Management profile in local Public Services Administration	Elena Dobrea; Daniela Petrasclub; Madalina Botinaa	2015	Europa
Risk Awareness after the adoption of new Steering model in German Public Administrations – A Case study	Markus Bodemanna; Dorin Maiera; Mircea Sandrua; Gregor Webera	2014	Europa

Role of Competence-Based Approach in an Increase of Efficiency of Public Administration	Fakhrutdinova Elena; Yurieva Oksana; Burganova Larisa; Yurieva Olga	2014	Europa
Risk Management of West Semarang Water Supply PPP Project: Public Sector Perspective	Jati Utomo; Dwi Hatmoko; Riza Susanti	2016	Ásia
Risk management in Public Sector construction projects: Case studies in Lesotho	Molef Nketekete; Fidelis Emuze; John Smallwood	2016	África
Internal Audit And Risk Management In Public Sector Entities, Between Tradition and Actuality	Eugeniu Turlea; Aurelia Stefanescu	2009	Europa
Problems And Obstacles In Credit Risk Management In Indian Public Sector Banks	Renu Arora; Archana Singh	2014	Europa
Risk Analysis And Internal Control Assessment - Premises For Improving Management At The Level Of Romanian Public Entities	Cristina Maria Voinea; Violeta State	2015	Europa
Coping with Nasty Surprises: Improving Risk Management in the Public Sector Using Simplified Bayesian Methods	Mark Matthews; Tom Kompas	2015	Oceania
Agency problems in the public sector: the role of mediators between central administration of city hall and executive bodies	Clara Brando de Oliveira; Joaquim Rubens Fontes Filho	2017	América
Public-private partnerships in the real estate sector in Colombia: risk assessment matrix and risk	D. González; L. Gutiérrez-Bucheli; J.L. Ponz-Tienda; M. Bonilla	2018	Europa
Knowledge Management In Public Administration Institutions	Jaroslava Bučková	2015	Europa

E-banking and risk management: evidence from the Cypriot public sector banks	Hussein A. Abdou; Elena Hadjiantoni; Garry Derwin	2015	Europa
Assessing Risk Management Capability of Public Sector Organizations Related to PPP Scheme Development for Water Supply in Indonesia	Hussein A. Abdou; Elena Hadjiantoni; Garry Pangeran; M.H.1; Pribadi, K.S.2; Wirahadikusumah; R.D.2; Notodarmojo; S.3	2012	Ásia
Contribution of internal auditing Perceptions of public sector sênior management to risk management	Philna Coetzee	2016	África
Governança corporativa: Um Estudo Bibliométrico da Produção Científica das Dissertações e Teses Brasileiras	Henrique César Melo Ribeiro; Celso Machado Junior; Maria Tereza Saraiva De Souza; Milton De Abreu Campanário; Rosany Correa	2012	América
Role Of Internal Auditing In Risk Management In The Public Sector And Local Entities – Case Study Bihor County	Gherai Dana Simona; Balaciu Diana; Elisabeta	2013	Europa
The role of records management as a tool to identify risks in the public sector in South Africa	Mpho Ngoepe	2014	África
Public Sector Reform and Governance for Adaptation: Implications of New Public Management for Adaptive Capacity in Mexico and Norway	Hallie Eakin; Siri Eriksen; Per-Ove Eikeland; Cecilie Oyen	2011	América
Risk management Fundamentals	Georgica Panfil	2014	Europa
Risk Management in Public Sector: A Literature Review	Remzi Ahmeti; Besarta Vladi	2017	Europa
Seismic risk management of a large public facilities portfolio: a New Zealand case study	Kevin Quinn Walsh; Reza Jafarzadeh; Nicola M. Short; Jason M. Ingham	2015	Europa

<u>Risk Aversion and Sorting into Public Sector Employment</u>	Christian Pfeifer	2010	Europa
Analysis of the Risk Management Process on the Development of the Public Sector Information Technology Master Plan	Sérgio Antônio Andrade de Freitas; Edna Dias Canedo; Rodrigo César Santos Felisdório; Heloise Acco Tives Leão	2018	América
IT Governance In the Public Sector: A Conceptual Model	Adriano Olimpio Tonelli; Paulo Henrique de Souza Bermejo; Pamela Aparecida dos Santos; Larissa Zuppo	2015	Europa
Risk Management In Lithuania's Public Sector: Starting Point, Current Situation And Future Perspectives	Danielius Kolisovas; Andrius Škarnulis	2014	África
Impact of Risk Management on Non-Performing Loans and Profitability of Banking Sector of Pakistan	Shabaz Haneef; Tabassum Riaz; Muhammad Ramzan; Mansoor Ali Rana; Hafiz Muhammand Ishaq; Yasir Karim	2012	América
Public Private Partnerships: A Possible Alternative For Delivery Of Infrastructure Projects In Africa	Bwanali; Salim; Rwelamila; Pantaleo	2017	África
Risk Management Implementation In The Romanian Public Sector	C.F. Dalea	2013	Europa
Risk management in IT projects – a case of the South African public sector	Blessing Javani; Pantaleo Mutajwaa; Daniel Rwelamila	2015	África
What risks are common to or amplified in programmes: Evidence from UK public sector infrastructure schemes	Bernard Aritua; Nigel J Smith; Denise Bowe	2009	Europa
Modelling optimal risk allocation in PPP projects using artificial neural networks	Xiao-Hua Jin; Guomin Zhang	2010	Oceania
Perceptions of quantifiable benefits of local authority risk management	John Hood; Tom Smith	2015	Europa
The Value of Public Sector Risk Management: An Empirical Assessment of Ghana	Yusheng Kong; Peter Yao Lartey; Fatoumata Binta Maci Bah; Nirmalya B. Biswas	2018	África



Utilising enterprise risk management strategies to develop a governance and operations framework for a new research complex: a case study	Jodi Clyde-Smith	2014	Oceania
Institutional Risk of Russian Public Sector Organizations Management	Boris A. Tkhorikov; Olga A. Lomovceva; Olga A. Gerasimenko; Mariia N. Dakhova; Nikolay I. Dolinsky; Elena N. Parfenova	2017	Europa
Knowledge risk management in the public sector: insights into a Swedish municipality	Susanne Durst; Birgitta Lindval; Guido Bruns	2018	Europa
Key Mechanisms of Risk Management in South Africa's National Government Departments: The Public Sector Risk Management Framework and the King III Benchmark	Tankiso Moloji	2016	África
Performance and Management in the Public Sector: Testing a Model of Relative Risk Aversion	Sean Nicholson-Crotty; Jill Nicholson-Crotty; Sergio Fernandez	2016	América
Governance and fraud risk management in the public sector in South Africa	Shewangu Dzumira	2015	África
Risk Analysis and Risk Management in the Public Sector and in Public Auditing	Lászlo Domokos; Melinda Nyéki; Katalin Jakovác; Erzsébet Németh; Csaba Hatvani	2015	Europa
Política de gestão de riscos corporativos: o caso de uma agência reguladora da saúde	Mary Anne Fontenele Martns; Wildenildo Oliveira dos Santos; Rodrigo Lino de Brito; Gustavo de Freitas Alves	2017	América
Vantagens, Riscos e Desvantagens na Adoção do Método de Contratação Design-build pelo Setor Público Brasileiro	Ana Elisabete Cavalcanti de Albuquerque; Marcos André de Mendes Primo; Felipe Augusto Pereira	2015	América
A study on the use of strategic risk management in audit of the Navy of Brazil	Stella Regina Reis da Costa	2011	América

Riscos de corrupção e infrações conexas: o caso dos institutos politécnicos públicos portugueses	Carla Isabel Dias Cabrita Cardoso; Sandra Cristina Dias Nunes; Maria Teresa Venâncio Dores Alves	2014	Europa
O Processo De Formulação e Implementação De Planejamento Estratégico Em Instituições Do Setor Público	Flávia de Araújo e Silva; Carlos Alberto Gonçalves	2011	América
Compartilhamento de incentivos, riscos e resultados negociais na gestão pública contemporânea: abordagem pelas parcerias público-privadas	Maria Marconiete Fernandes Pereira; Valéria Fernandes de Medeiros	2017	América
Gestão De Riscos De Segurança Da Informação Numa Instituição Pública Federal: Um Estudo De Caso	Jackson Gomes Soares Souza; Carlos Hideo Arima; Renata Maria Nogueira de Oliveira; Getulio Kazue Akabane; Napoleão Verardi Galeale	2016	América
Produção Científica sobre controle interno e gestão de riscos no ENANPAD e congresso USP: Análise Bibliométrica no período 2001 – 2011	Ivam Ricardo Peleias; Gilberto Caetano; Claudio Parisi; Anísio Candido Pereira	2013	América
A Value Measure for Public-Sector Enterprise Risk Management: A TSA Case Study	Kenneth c. Fletcher; ali e. Abbas	2018	América
Risk Manegment Roles of the Public and Private Sector	Carolyn Kousky; Howard Kunreuther	2018	América
Public-Private Partnerships As Mechanisms For Risk Management In The Water Sector	Simona Frone; Dumitru Florin Frone	2013	Europa
Corrupção e Contabilidade: Análise Bibliométrica da Produção Científica Internacional	Leidiane Andreola Dalla Vecchia; Sady Mazzioni; Odilon Luiz Polo; Geovanne Dias De Moura	2018	América

Performance contracting as a performance management tool in the public sector in Kenya: Lessons of learning	Kempe Ronald Hope, Sr.	2013	África
Reduction Of The Risk In Public Procurement By Using Design-Build As A Means For Suitable Constructing	Jakub Blaťák	2013	Europa
Managing risk in the public sector – The interaction between vernacular and formal risk management systems	Martin Carlsson-Wall; Kalle Kraus; Anita Meidell; Patrik Tran	2018	Europa
Risk management in a municipal construction enterprise: A theoretical and methodical study	Piotr Tworek	2018	Europa